



Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, o Vice-Presidente Juarez abriu a plenária do Conselho Municipal de Meio Ambiente-COMAM, justificando a ausência da presidente Angela, devido a um compromisso extraordinário, informando que ela deveria se juntar aos presentes mais tarde. No entanto, mais adiante na reunião, o conselheiro Teles informou que a presidente Angela ligou, justificando que não poderia comparecer. O vice-presidente também justificou as ausências do secretário Marcelo Manara (em reunião da região metropolitana em Campinas), de Renato Veneziani (Sindicato Rural), Jefferson Rocha e Marcelo Godói (IEPA). Submeteu à aprovação as atas das reuniões plenárias realizadas em 21/08/2025, 28/08/2025 e 04/09/2025. As duas primeiras atas foram enviadas aos conselheiros por e-mail em 11/09 e a ata de 04/09 foi enviada em 17/09/2025. Consultou os conselheiros presentes e remotos sobre quaisquer observações. Como não houve manifestação no chat nem entre os presentes, as atas foram consideradas aprovadas por unanimidade. Em seguida informou que o conselheiro Jefferson (CT de Energias) havia solicitado o cancelamento de seu informe. Antes de iniciar a deliberação dos recursos, o conselheiro Teles (SEURBS) solicitou a palavra para dar um aviso. Recordou a todos que foi encaminhado um e-mail convocando os conselheiros para uma reunião agendada pelo Ministério Público (MP), por meio do Gaema (Grupo de Atuação Especial do Ministério Público em Defesa do Meio Ambiente, do Rio Paraíba do Sul). A reunião, marcada para o dia 06 de outubro, tem o objetivo de discutir os fundos ambientais municipais, permitindo ao MP entender o funcionamento dos fundos, possivelmente trazer normativas e debater o tema. Doutor Teles também informou que o conselho gestor do FUMCAM e do FMSE se reuniu na semana anterior para tratar de uma nova proposta de projeto, a ser apresentada por Eduardo Montesi, sobre o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGIRS). O Vice-Presidente Juarez agradeceu ao doutor Teles e reiterou que o conselho gestor do fundo havia aprovado a continuidade dos trabalhos de apresentação do PMGIRS. Enfatizou a importância da revisão do plano, que se iniciou em 2015 e está no limite de dez anos para sua revisão (2025). Passa a palavra para Montesi fazer a apresentação, seguida pelos comentários de Dênis e Leonardo (Coordenador da Câmara Técnica de

Resíduos). Eduardo Montesi cumprimenta a todos, se apresenta como Chefe de Divisão Ambiental da SEURBS, iniciou sua fala detalhando a evolução do projeto PMGIRS, resultado de discussões com as Câmaras Técnicas de Saneamento e de Resíduos Sólidos. A fase atual envolveu a finalização do termo de referência (TR), do plano de trabalho e do cronograma físico-financeiro, culminando no requerimento de recursos junto ao FUMCAM. Justifica as propostas: A Lei 12.305/2010 (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), em seu Art. 19, Inciso XIX, estabelece a periodicidade de revisão máxima de dez anos, sendo o último plano de 2015. A proposta visa aprimorar a gestão de resíduos devido a fatores como: mudança no cenário demográfico e socioeconômico; avaliação da eficácia das ações; incorporação de novas tecnologias; otimização de recursos; e fortalecimento da participação social e educação ambiental. Citou a Lei 4.618/1994, Art. 15, que prioriza a utilização dos recursos do FUNCAN para gerenciamento e controle ambiental. Apresentou os detalhes do Termo de Referência (TR) como: o prazo de execução foi estendido de 210 para 360 dias após conversas na Câmara Técnica, visando maior abrangência; o número de audiências públicas foi aumentado de cinco para treze, divididas em cinco etapas, visando maior participação popular. A estimativa do valor de referência baseou-se em uma pesquisa documental e técnica realizada pelo engenheiro Dênis; a pesquisa (utilizando contratos da AGEVAP de 2019, 2020, 2023 e 2024) sugeriu um valor de R\$ 550.000,00 para a execução do plano. Montesi explicou que, por haver apenas um contrato comparativo recente (2024), e para se adequar ao princípio da Lei Federal 14.133, que exige compatibilidade com valores de mercado, a Gestão de Contratos da Prefeitura autorizou um acréscimo de 10%. O valor final proposto para a contratação ficou em R\$ 605.000,00. Montesi apresentou para os conselheiros o cronograma físico-financeiro com a distribuição dos valores e colocou três cópias do documento à disposição dos conselheiros. Com a palavra o conselheiro Dênis, que complementou a apresentação de Montesi, ratificando a pesquisa documental que utilizou contratos públicos disponíveis na AGEVAP e uma análise de custo por habitante *per capita* em cinco outros municípios. Que, o custo *per capita* mais alto encontrado foi de R\$ 3,21 (em um contrato de 2020), com outros variando até R\$ 0,82. A estimativa inicial de São José era de R\$ 0,76 *per capita*, mas essa estimativa foi ajustada devido à necessidade de ampliar o prazo de 210 para 360 dias (dezembro/2025 a dezembro/2026) e à variação de preços. Dênis confirmou que o acréscimo de 10% foi autorizado pela Gestão de Contratos para se adequar à legislação. Ele detalhou que o

PMGIRS será dividido em pacotes de entregas (o primeiro em 30 dias e os demais em 90 dias), focando no diagnóstico (com dados recentes de 2025) e no prognóstico, culminando na minuta final para aprovação. Com a palavra o conselheiro Leonardo do Rotary Club, Coordenador da Câmara Técnica de Resíduos, parabenizou o trabalho conjunto e a sinergia entre as Câmaras Técnicas de Resíduos e Saneamento e a prefeitura. Ele fez questão de registrar os nomes dos membros da CT de Resíduos: Montesi, Fernando (Associação de Engenheiros e Arquitetos), Jefferson Rocha (IEPA), Wellington (Urbam), além dos coordenadores da CT de Saneamento, Renato e João Godói. Leonardo destacou os seguintes pontos importantes que foram incorporados ao Termo de Referência (TR): o olhar específico para São Francisco Xavier, inclusão de um olhar clínico para a gestão de resíduos do distrito; o plano prevê a inclusão de áreas rurais; a logística reversa; convocação e engajamento de empresas (fabricantes e importadores) para que custeiem a destinação de materiais que geram; a economia circular, previsão de um capítulo para fomentar políticas públicas e engajar a sociedade civil; valorização de orgânicos; fomentar políticas públicas afirmativas para a valorização dos resíduos orgânicos e o aumento no número de oficinas para maior participação social. Doutor Teles reiterou que o TR, sendo resultado de um trabalho conjunto entre a sociedade civil e a prefeitura, já havia sido aprovado por unanimidade no Conselho Gestor. Vice-Presidente Juarez coloca para deliberação a aprovação dos recursos do FUMCAM para a revisão do PMGIRS. Não houve nenhuma manifestação contrária ou observação. A aprovação da alocação dos recursos do FUMCAM para a revisão do PMGIRS foi aprovada por unanimidade. Vice-Presidente Juarez fez um breve informe sobre o 27º Congresso Brasileiro Ibero-Americano de Arborização, que se encerrou na data de hoje. Ele destacou o sucesso do evento, que incluiu o Campeonato Brasileiro de Escalada em Árvores (no Parque da Cidade) e trouxe um vasto conhecimento técnico-científico. Agradeceu ao COMAM, pois os recursos aprovados pela plenária possibilitaram a realização do congresso, embora apenas R\$ 200 mil tenham sido utilizados dos R\$ 400 mil previstos, devido à captação de quase R\$ 200 mil em patrocínios. Mencionou que conversou com o secretário de Meio Ambiente de São Sebastião, que informou ter pago cerca de R\$ 450.000,00 pela elaboração do plano de gerenciamento de resíduos daquela cidade, o que, para ele, serve como parâmetro de comparação para o custo orçado por São José dos Campos. Vice-Presidente passa a palavra para as conselheiras da AmeSatélite fazer apresentação da associação. A conselheira Luzia Gusmão iniciou,

explicando que a associação existe desde 2018, focando em trabalho socioambiental, incluindo segurança e área social. Ela mencionou o trabalho com plantio de árvores e a horta comunitária, e trouxe a inspiração de projetos vistos no exterior para São José. Luzia agradeceu a parceria com o COMAM e a Prefeitura e convidou a todos para visitar a área de plantio no Satélite. A conselheira Taciana lamentou a ausência da presidente Angela, mas agradeceu a oportunidade de apresentar o trabalho. A AmeSatélite atua desde 2018 no Jardim Satélite e parte da região sul, e recentemente foi procurada pela Vila São Bento e Jardim Guimarães para auxiliar na revitalização de áreas. Tem parcerias com a Coordenadoria de Reintegração Social/Secretaria de Justiça, onde recebe pessoas que prestam serviços; apoio da Secretaria de Manutenção da Cidade, Apoio da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão e, em especial, da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, citando a colaboração de Paula. Taciana apresentou um histórico das ações da AmeSatélite, limpeza de nascente, arborização, citando reportagens dadas à mídia (TV Tati, Globo, TV Câmara, TV Aparecida). Os projetos ambientais em andamento são: revitalização da nascente, plantio de árvores nativas e frutíferas; revitalização de área degradada e uma horta comunitária (Rua Antônio Aleixo da Silva/Avenida Cidade Jardim). Que buscam captação de recursos para tornar os projetos sustentáveis, já que o trabalho atual é feito com recursos próprios. O projeto visa cuidar das quatro áreas já adotadas e ajudar projetos sociais, como uma escolinha de futebol com 120 crianças carentes na mesma região. O investimento é de R\$ 37,41 por árvore adotada (já foram plantadas cerca de 70 árvores), cobrindo insumos, infraestrutura, e custos administrativos; compromisso de doar parte da arrecadação para projetos institucionais já existentes; os objetivos ambientais são a revitalização de áreas degradadas, sequestro de carbono e redução do mapa de calor. A conselheira Luzia complementou a apresentação, informando que a AmeSatélite obteve o título de Utilidade Pública no ano anterior e que ela possui especialização em restauração de nascentes. Ela finalizou com uma mensagem sobre a importância do plantio de árvores para o futuro e para as questões ambientais e sociais. Vice-Presidente Juarez agradeceu a apresentação da AmeSatélite, elogiando o trabalho de Luzia e Taciana. Destacou o empenho da associação e de Taciana, que começou o projeto com poucas pessoas e agora alcançou uma estrutura mais sólida, sendo, inclusive, tema de reportagem na televisão. Enfatizou a importância do trabalho de conscientização e parceria entre o município e a comunidade, ressaltando que "não basta a gente plantar, a gente tem que cuidar". Ele citou 

exemplos de vandalismo (árvores quebradas) e falta de cooperação (muda removida e local concretado) em projetos de arborização, mas frisou que são casos isolados e que a maioria tem aceitado bem o esforço e reafirmou o apoio do COMAM e da prefeitura à AmeSatélite. Passa a palavra para Tatiana da Poiato Recicla fazer uma apresentação de Coleta e Reciclagem de Bitucas. Tatiana cumprimenta a todos, agradeceu a oportunidade de apresentar a solução da Poiato Recicla, a primeira usina de reciclagem de bitucas do Brasil (localizada em Votorantim, perto de Sorocaba). Alertou que, embora seja um resíduo pequeno, a bituca de cigarro contém mais de sete mil substâncias tóxicas, incluindo metais pesados. O descarte incorreto no chão polui rios e o solo, sendo um resíduo extremamente poluente. A tecnologia foi desenvolvida e patenteada pela Universidade Federal de Brasília (UNB), que conseguiu transformar o acetato de celulose (filtro do cigarro) em fibra celulósica, removendo todos os poluentes. A Poiato Recicla é a única empresa licenciada no Brasil para usar esta tecnologia. A logística reversa e economia circular, o modelo de negócio inclui coletores específicos (material não inflamável), coleta especializada, e reciclagem na usina (licenciada pela CETESB e IBAMA). A bituca é transformada em um material não poluente (fibra de celulose), que pode ser usado para fazer papel artesanal como a capa de um caderno e diversos outros produtos. A massa celulósica é entregue gratuitamente para municípios, artistas e artesãos para a produção de itens, gerando renda e fomentando a economia social e circular. Tatiana citou o trabalho com as APAES (como a de Ilhabela e Ubatuba) e o Instituto Cândido Ferreira de Campinas. Mencionou que a fibra também foi utilizada em outros produtos, como uma caixa de som e até uma pista de skate sustentável (em Minas e Ubatuba), onde a fibra substituiu parte da brita. A empresa foca em sensibilização e educação ambiental, realizando oficinas e trabalhos de campo para conscientizar os fumantes sobre o descarte correto. A Poiato fornece um relatório mensal de bitucas recicladas (em quilos e unidades) e a quantidade de água que não foi contaminada. O município parceiro recebe uma certificação que auxilia em programas ambientais, como o "Município Verde e Azul". Dênis da Secretaria de Manutenção da Cidade e CT de Resíduos questionou sobre a participação dos fabricantes de cigarros na logística reversa e gestão compartilhada. Tatiana respondeu que, apesar de ser uma pergunta recorrente, os fabricantes de cigarros ainda tentam se desvencilhar da responsabilidade. Ela lamentou que as bitucas tenham sido excluídas do Plano Nacional de Resíduos por *lobby*. Embora tenham se aproximado da Poiato para ações pontuais, não há

participação ampla, e a sociedade precisa pressionar por essa responsabilidade. Vice-Presidente Juarez parabenizou o projeto e, após não haver mais perguntas, informou que solicitou o encaminhamento da apresentação aos conselheiros e expressou o desejo de propor um projeto piloto em São José dos Campos, talvez no centro da cidade, instalando coletores na praça. Vice-Presidente Juarez informa aos conselheiros que o Seminário de Resíduos Sólidos, Sustentabilidade e Economia Circular da URBAM será realizado no CEFE (Parque da Cidade) dia 07 de Outubro com início às 08h00, com palestras de Dênis (Prefeitura), Marcus Vinícius (CETESB), Danúbia da (USP), Lucas Assunção (Copicasa), Fabiana Fiore (UNESP), Max Filipe e Cristiano (MRV), encerrando por volta das 17h00. E, no dia 08 de Outubro terá início às 08h20, encerrando com a última palestra no horário do almoço. Às 13h30, haverá um "lixo-tour" no aterro sanitário com inscrições gratuitas. Com a palavra doutor Teles informou que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) está com inscrições abertas para 18 vagas da sociedade civil, com mandato de quatro anos. O prazo final é 30 de setembro. As vagas são para entidades de classe, pesquisa, ambientalistas, movimentos populares, representantes de regiões administrativas (SABs) e setor de comércio/serviços/indústria/construção civil. Os documentos devem ser enviados para o e-mail seurbs.cmdu@sjc.sp.gov.br. Conselheiro Leonardo agradece o Mutirão de Limpeza, agradeceu à Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade (SEURBS) e à Secretaria de Manutenção da Cidade (SMC) pelo apoio realizado nos dias 19 e 20 de setembro, que coletou mais de 1,3 tonelada de resíduos. Vice-Presidente Juarez, agradece a secretária Marisa e a todos os membros do COMAM, pela presença e participação. Ele mencionou a possibilidade de estudar o encaixe da AmeSatélite em algum programa de Pagamento por Serviços Ambientais. A apresentação do projeto sobre a concessão do Pnmar foi adiada a pedido do secretário. Nada mais a tratar encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.


Juarez Domingues de Vasconcelos

Vice-Presidente

Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva